



**Acta da Sessão Ordinária da Assembleia
Municipal do concelho de Figueira de
Castelo Rodrigo, realizada aos trinta dias
do mês de Abril de dois mil e nove**

-----Aos trinta dias do mês de Abril de dois mil e nove, pelas catorze horas e trinta minutos, no Auditório da Casa da Cultura, nesta vila, comigo, Francisco Costa Santa Comba, Deputado Municipal, designado para lavrar a acta de acordo com o disposto no artigo 55.º do Decreto-Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, compareceram os Senhores Deputados previamente convocados em obediência ao estabelecido no n.º 1 do artigo 49.º do referido Decreto-Lei. -----

-----O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Dr. Mário José Pimentel Saraiva Salvado deu início aos trabalhos. -----

-----Efectuada a chamada verificou-se a ausência dos Senhores Deputados a seguir designados: -----

---- - Fernando José Gomes Rodrigues, Presidente da Junta de Freguesia de Castelo Rodrigo;

---- - Dr. Carlos Manuel Quadrado Rebelo; -----

---- - Dr. Feliciano Pereira Martins; -----

---- - Carlos Alberto Almeida Simões; -----

---- - Francisco António Fresta Darei, Presidente da Junta de Freguesia de Almofala; -----

---- - Anabela Saraiva Pinto Coelho, Presidente da Junta de Freguesia de Freixeda do Torrão;

---- - Manuel Amaral Reigado, Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Afonsinho; -----

---- - Carlos Alberto Cunha Teixeira, Presidente da Junta de Freguesia de Vilar Torpim. -----

-----Constatou-se que todos haviam antecipadamente justificado as suas faltas.-----

-----**1 – Período antes da ordem do dia:** -----

-----**Usou da palavra o Senhor Dr. António Vermelho do Corral**, apenas para recordar aos presentes que no dia 10 de Maio se iria realizar o convívio dos amigos do concelho de Figueira de Castelo Rodrigo, convidou todos os membros da Assembleia Municipal e suas famílias a participarem naquele evento anual, que este ano de 2009 se realizaria na cidade de Lisboa. -----

-----**Interveio o Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Colmeal, Dr. Teodoro Augusto Farias**, que depois de ter cumprimentado os membros da Mesa da Assembleia, começou a sua intervenção, referindo que leu atentamente o artigo publicado no jornal “Ecos da Marofa” sobre a aldeia do Colmeal, congratulando-se pela iniciativa de um dos filhos mais ilustres daquela freguesia ter trazido mais uma vez aquele tema para a actualidade, e agradeceu a todas as pessoas que demonstraram empenho pela resolução das questões relacionadas com a aldeia do Colmeal. Mais referiu, que desta vez foi um natural do Colmeal que intercedeu pela freguesia, escrevendo o que sentia sobre o assunto com alguma emoção pelo facto de ali se encontrarem sepultados alguns dos seus familiares. Opinou que a carta sobre o Colmeal, em seu entender, devia ter sido enviada aos Serviços Jurídicos da Câmara para ser analisada de modo a ser ponderada a decisão de ser eventualmente implementado um processo judicial.

Manifestou o seu contentamento por saber que a carta iria ser enviada a uma Comissão da especialidade para efectuar os estudos conducentes à resolução daquela antiga questão ainda por resolver. Sobre a parte rústica não subsistem grandes dúvidas, as confrontações parecem estar correctas e bem definidas já que existe um contrato de arrendamento que se reporta ao ano de 1942. Disse ainda, que possui uma cópia da sentença, sendo da opinião de que não existe qualquer erro judicial, concluindo que o Juiz limitou-se a aplicar a lei que naquela altura vigorava. Mais referiu que o Dr. Aires terá razão quando afirma que alguns prédios não estarão registados porque terão sido eliminados da matriz da freguesia. Teceu ainda o seguinte comentário: - “Se algumas casas são de particulares é obvio que a população não podia ter sido despejada da maneira como se consumou”. O artigo 172.º relativo à Junta da Paróquia não podia ser o 272.º que está registado. Referiu que relativamente ao passado da povoação ainda há muito por investigar. Disse ser ainda possível requalificar a aldeia do Colmeal, que actual Junta de Freguesia já desencadeou algumas diligências no sentido de esclarecer alguns aspectos mais relevantes, sabendo-se que já foi reconhecido que os caminhos existentes são públicos. Que, já existe um projecto aprovado para a requalificação do caminho de acesso à aldeia, sendo preciso expropriar apenas 60m², facto que constitui uma insignificância. No que respeita às casas, a aldeia é muito bonita merecendo ser recuperada, salientando a casa dos Cabrais e um chafariz. A igreja matriz pertence ao Estado, a casa da Junta da Paróquia já está registada e o cemitério é público. Solicitou que um jurista analisasse a sério este assunto. Afirmou que não há dúvida que a quinta era aquela e não a designada quinta das Cebolas. O Bizarril é um minifúndio estabelecido e não restam dúvidas que a quinta está bem demarcada nas sentenças judiciais existentes. Disponibilizou-se para ceder fotocópias das sentenças que possui. Disse ainda, que leu na comunicação social que teria havido uma fusão entre a Empresa Figueira Cultura e Tempos Livres e a Figueira Verde pelo que gostaria de ser esclarecido sobre esse assunto. -----

-----**O Senhor Presidente da Assembleia, Dr. Mário José Pimentel Saraiva Salvado**, referiu que lhe parecia que agora estaríamos todos a afinar pelo mesmo diapasão. Ficou assente que o Grupo de Estudos do Colmeal teria que ser formado unicamente por elementos da Assembleia Municipal, sendo constituído por dois juristas, o Dr. Feliciano Martins e o Dr. Luís Beato Pereira, e um sociólogo, o Dr. Vermelho do Corral. Considerou este assunto de grande pertinência e demasiado trabalhoso, e será formado se for da vontade da Assembleia a que preside. Comunicou à Assembleia que já dispomos de alguns elementos cedidos pelo Senhor Aires Coelho. Considerou que o Senhor Aires Coelho deve ser muito conhecedor do Colmeal, tal como o é o Senhor Dr. Teodoro Farias. No que respeita ao anunciado erro judicial, com a jornalista Felícia Cabrita a escrever seria um tema que se tornaria um pólo de atracção nacional, sem dúvida. Mais referiu, que as conclusões que resultarem do estudo da comissão especializada terão que ter substrato para prosseguir para as instâncias competentes. Informou que o Senhor Engenheiro Leitão está com manifesta vontade de que tudo corra pelo melhor. Considerou que é preciso tratar as coisas com especial cuidado e aguardar pelas conclusões resultantes do estudo que irá ser realizado pelo Grupo de Trabalho. Disse ainda, que não voltou a contactar o Senhor Aires porque inicialmente este senhor parecia renitente a fornecer os elementos que dizia possuir sobre a questão do Colmeal. Em resumo, o que todos pretendemos é unicamente o apuramento da verdade dos factos. -----

-----**O Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Colmeal. Dr. Teodoro Augusto Farias pediu o uso da palavra**, para reiterar a sua concordância com o que havia sido dito pelo Senhor Presidente da Assembleia, acrescentando que devemos cooperar com a

família actual, a detentora do património e não enveredarmos pela via judicial. Que os herdeiros estejam disponíveis para dialogar e ceder o património arquitectónico existente. Espera que a aldeia seja devolvida à Câmara Municipal ou à Junta de Freguesia do Colmeal para que seja possível o acesso aos subsídios necessários para a sua recuperação e posteriormente escrever-se um livro branco sobre este delicado assunto. -----

-----**Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara, Dr. António Edmundo Freire Ribeiro**, começando a sua intervenção cumprimentando todos os presentes e prestar os esclarecimentos que lhe haviam sido solicitados pelo deputado Dr. Teodoro Farias. Explicou que a fusão das empresas municipais foi decidida pela Assembleia Municipal de acordo com a nova legislação em vigor que impunha esta tomada de decisão. Este normativo legal, refere que as empresas municipais não podem concorrer com as empresas privadas na venda dos mesmos produtos. Nesta conformidade estão de acordo com a Lei. Considerou-se por bem, a fusão, assumindo a empresa Cultura e Tempos Livres os activos e passivos da empresa Figueira Verde. Todavia o Município vai ficar com as instalações e dar-lhe outras funcionalidades. Assim, considerou que, ou se extingua a Empresa por não estar em concordância com os novos preceitos legais, ou a fundámos com a outra. -----

-----**O Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Colmeal, Dr. Teodoro Augusto Farias interveio com a seguinte consideração:** “Como Presidente de Junta e como economista não podia estar mais de acordo com a decisão que foi tomada”. Deste modo, podemos criar sinergias, aproveitar os recursos e minimizar os custos de funcionamento se for bem gerida como se espera, os custos serão necessariamente diminuídos. Teceu algumas considerações genéricas sobre a crise mundial agravada por medidas internas que neste momento afectam toda a economia, que a globalização implementou a entrada no mercado mundial dos países emergentes como exportadores de bens e serviços e os países anteriormente ricos transformaram-se em importadores desses mesmos bens e serviços, a concorrência desigual entre países com baixos custos em mão-de-obra provocou um grande desequilíbrio no mercado. Disse que antes da crise actual era o F.M.I. que financiava os países em dificuldades, agora são os países em vias de desenvolvimento que financiam. Sugeriu ainda, que urge repensar a estratégia a adoptar para o nosso concelho uma vez que a produção agrícola está falida, o cereal, a azeitona e a amêndoa não dão para cobrir os custos de produção. Assim é imperioso mudar a actividade económica e investir mais no turismo, requalificar as freguesias, etc. Perguntou, porque é que em Figueira de Castelo Rodrigo não se faz um Hotel? Disse que é preciso ter um carro para fazer a deslocação dos turistas às aldeias, e espera que o Pavilhão Multiusos seja um ponto de atracção turística e porque não a criação de um rancho de folclore para entretenimento dos turistas, salientando que os nossos monumentos são diferentes de todos os outros existentes em Portugal, propôs a construção de mais acessibilidades e o aumento dos investimentos nesses pontos de inegável interesse turístico, a adopção de uma nova estratégia de desenvolvimento para as actividades económicas que ainda conseguem sobreviver. Previu que o Estado cada vez nos apoiará menos, sendo preciso definir uma estratégia clara para o desenvolvimento do nosso concelho. Entreter os turistas não será difícil, como também não é difícil construir um Hotel para termos capacidade hoteleira e os turistas certamente ficarão por cá. -----

-----**2 – Apreciação e aprovação da Acta da Sessão Anterior;** -----

-----**O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Dr. Mário José Pimentel Saraiva Salvado**, decidiu que a acta seria votada a seu tempo, em Sessão posterior, visto que apenas foi entregue aos deputados nesta mesma data. -----

-----**3 – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara, nos termos do n.º 1, alínea e) do artigo 53.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro;**-----

-----**O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Dr. Mário José Pimentel Saraiva Salvado,** perguntou se algum deputado queria intervir neste ponto, constatando-se que ninguém se quis pronunciar sobre este assunto.-----

-----**4 – Apreciação e aprovação da Proposta n.º 59-PCM/2009, segunda revisão ao Plano Plurianual de Investimentos e Orçamento 2009, Autorização – Contratos de empréstimo ao abrigo do PREDE;**-----

-----**O Senhor Presidente da Câmara, Dr. António Edmundo Freire Ribeiro,** efectuou uma breve introdução sobre este ponto da agenda, em que explicou à Assembleia que se tratava de uma contratação, de um empréstimo bancário no âmbito do Programa “pagar a tempo e a horas”, isto é uma proposta que já havia sido aprovada com maior valor monetário, porém, para não restarem quaisquer dúvidas voltou a ser presente a esta Assembleia para votação.

-----**O Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Colmeal, Dr. Teodoro Augusto Farias interveio,** ao dizer que analisou o cronograma das despesas e manifestou interesse em saber qual seria a facturação mensal da empresa “Águas do Zêzere e Côa” e dos municípios, para se perceber se a dívida está a aumentar ou a diminuir, para apurar qual é o défice mensal.

-----**O Senhor Presidente da Câmara, Dr. António Edmundo Freire Ribeiro,** disse que este é um assunto recorrente, que neste momento cobramos 55 a 60%, em relação ao que pagamos à empresa, que há um custo social na ordem de 40%. Que, também temos de pagar a alguns funcionários afectos às “Águas do Zêzere e do Côa”. Esta empresa estará muito próxima da falência técnica. As “Águas de Portugal” estão cada vez mais com maior quota, mas nós só já queremos pagar a água ao mesmo preço das regiões de Lisboa e do Porto. Nós só cobramos a água que é consumida e não as taxas. Enfim, assumimos que temos um custo social que se traduz na redução dos impostos, IMI, IRS etc. Também é sabido que não cobramos pela recolha dos resíduos sólidos e pelo saneamento básico, facto que se traduz numa redução de receita na ordem dos 750 000,00 € de receitas. Os 4 000 000,00 € do empréstimo contraído, temos que decidir onde e como os vamos investir. Se cobrássemos 4,5 €, muitas pessoas iriam pedir para retirarmos os contadores da água. Os Municípios associados já fizeram uma exposição à tutela. Como já todos sabemos fizeram-se estudos de viabilidade económica a contar com o Município da Covilhã que depois acabou por não aderir ao sistema integrado. As rupturas e perdas têm vindo a ser paulatinamente minimizadas, mesmo assim o consumo de água está a diminuir, excepto no Verão que dispara para níveis máximos. A dívida aumentou porque desde 2003 que não pagávamos à empresa “Águas do Zêzere e do Côa”, porque não têm dado resposta a muitas das suas obrigações como por exemplo, o problema da ETAR de Almofala e da fossa de Escarigo, que tem vindo a arrastar-se ao longo dos anos e ainda não foi resolvido. A empresa tem vindo a mudar de Administrador todos os anos o que implica que estamos constantemente a apresentar os mesmos problemas a pessoas diferentes. Neste momento estamos a ser pressionados para assumirmos a distribuição em baixa pressão, depois virá possivelmente a privatização. Actualmente não temos tido grandes cortes no abastecimento e a água é de boa qualidade e certificada. Na próxima reunião apresentaremos um estudo mais pormenorizado sobre este assunto. O problema resulta

de não termos pago à empresa desde o ano de 2003. Não nos podemos esquecer que temos os custos sociais, se cobramos temos logo a reacção da população. Nós não temos os grandes investimentos da Administração Central, ou nos candidatamos aos fundos comunitários ou fazemos as obras com os nossos recursos próprios. Das medidas já implementadas resultaram num significativo número de postos de trabalho criados. O ninho de empresas está cheio. Já se vêem estradas cheias de amendoeiras novas. Infelizmente, o que vemos das medidas governamentais é o arranque das vinhas. Em suma, na realidade é estarmos entregues a nós próprios. -----

-----**O Senhor Presidente da Assembleia, Dr. Mário José Pimentel Saraiva Salvado,** colocou a Proposta à votação pela Assembleia. -----

-----**A Proposta foi aprovada por unanimidade.** -----

-----**5 – Apreciação e aprovação da Proposta n.º 53 – PCM/2009, segunda revisão de Plano Plurianual de Investimento e Orçamento 2009;** -----

-----**O Senhor Presidente da Câmara, Dr. António Edmundo Freire Ribeiro,** esclareceu que houve necessidade de rever o PPI e Orçamento 2009 pela segunda vez, em virtude de a Câmara ter sido condenada a pagar indemnizações devido a decisões tomadas em mandatos anteriores, que foram aprovados alguns investimentos, entre os quais se destacam, os caminhos rurais de acesso ao Colmeal, Vilar Torpim e Bizarril. -----

-----**O Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Colmeal, Dr. Teodoro Augusto Farias,** agradeceu a realização das obras do caminho de Vilar Torpim para o Bizarril. Perguntou se as obras desses caminhos foram candidatados a financiamento da Administração Central, tendo sido informado pelo Sr. Presidente da Câmara, que foram efectuadas as candidaturas desconhecendo-se se serão aprovadas. -----

-----**O Senhor Presidente da Assembleia, Dr. Mário José Pimentel Saraiva Salvado,** colocou a Proposta à votação pela Assembleia. -----

-----**A proposta em apreciação foi aprovada por unanimidade.** -----

-----**6 – Apreciação e aprovação da Proposta n.º 55 – PCM/2009, Alteração - Projecto de Regulamento de Apoio à Recuperação de Pombais Tradicionais (1.ª Revisão);** -----

-----**O Senhor Presidente da Câmara, Dr. António Edmundo Freire Ribeiro,** considerou ter havido uma grande adesão a este Programa que visa a recuperação dos pombais tradicionais existentes no concelho. Referiu que já foram ultrapassadas as cinquenta candidaturas inicialmente previstas, facto de bastante importância, pelo impacto positivo na paisagem. Assim as aldeias estão a ficar muito mais bonitas. -----

-----**O Senhor Presidente da Assembleia, Dr. Mário José Pimentel Saraiva Salvado,** colocou a Proposta à votação pela Assembleia. -----

-----**A proposta em apreciação foi aprovada por unanimidade.** -----

-----**7 – Apreciação e aprovação da proposta n.º 56 – PCM/2009, Prestação de Contas 2008;** -----

-----**O Senhor Presidente da Câmara, Dr. António Edmundo Freire Ribeiro,** referiu que o ano financeiro se revelou muito diferente do que se havia verificado em 2007. Salientou o facto de não haver execução do QREN. Não recorremos ao crédito, executámos o orçamento

possível, explicando a execução de algumas rubricas orçamentais e destacou os principais investimentos que foram efectuados, designadamente, os sanitários da aldeia histórica de Castelo Rodrigo, a recuperação de vinte habitações para idosos que possuíam as suas casas muito degradadas. Foi construído o Museu de Algodres, o restaurante de Barca D' Alva e a ampliação do cais fluvial, a construção do passeio ribeirinho do rio Douro e do rio Águeda, a construção do parque de merendas de Almofala e a requalificação do Largo da Igreja Matriz de Figueira. Tendo sido ainda, construídos e/ou reparados aquedutos e valetas, a reparação do Largo da Igreja de Santa Maria de Aguiar, a repavimentação da Estrada Freixeda/Vale de Afonsinho, a reparação da Estrada da Freixeda/Penha de Águia e do caminho rural de Vermiosa para a Reigada. Referiu ainda, que foi colocado um painel electrónico informativo na vila e as despesas efectuadas a favor do meio ambiente. Relevou a estabilidade nas despesas correntes, o controlo das despesas com pessoal, a transparência nos postos de trabalho. Salientou que no ano 2009 é um ano eleitoral que traduz uma vontade de realizar despesa pública, que estamos entregues a nós mesmos e não estamos a contar com grandes aprovações das candidaturas ao QREN. Se tivesse sido implementado o QREN, pelo menos sete mil milhões de euros já poderiam ter sido investidos, pois recordou, que foram aprovados investimentos no Programa POLIS na cidade da Guarda, nada tendo a obstar quanto a esse investimento, mas a regra tem sido a de dar muito dinheiro a um só projecto que muitas vezes acaba por não se executar O nosso projecto de requalificação urbana não foi aprovado. Em suma, o QREN parece só ter existência no papel, na prática não se concretiza. Ainda estamos a apresentar à CCDDR - Centro despesas ilegíveis relativas ao quadro comunitário que terminou em 2006. Julga-se que terá sido um dos grandes erros da legislatura, guardar os investimentos previstos no QREN para um ano de eleições. Senão vejamos! Quem é que tem dinheiro para pagar primeiro e receber muito depois? As regras existentes teriam necessariamente de mudar! Excluíram as freguesias do QREN, mas também nada avançou, as grandes obras que estavam previstas como as principais bandeiras do governo. -----

-----**O Senhor Presidente da Assembleia, Dr. Mário José Pimentel Saraiva Salvado,** colocou a Proposta à votação pela Assembleia. -----

-----A proposta em apreciação foi **aprovada por unanimidade.** -----

-----**O Senhor Presidente da Assembleia, Dr. Mário José Pimentel Saraiva Salvado,** determinou que se fizesse um curto intervalo. -----

-----Após terem sido retomados os trabalhos deu-se início à segunda parte. -----

-----**8 – Informação sobre a situação económica e financeira do Município, relativas a 30 de Junho de 2008;** -----

-----Sobre este assunto nada foi referido passando-se para o ponto seguinte. -----

-----**9 – Eleição do grupo de trabalho que irá proceder a vários estudos, relacionados com a aldeia do Colmeal;** -----

-----**O Senhor Presidente da Assembleia, Dr. Mário José Pimentel Saraiva Salvado,** começou por referir que o grupo é constituído apenas por elementos da Assembleia. Seguidamente perguntou se alguém se opunha à eleição deste Grupo de Trabalho. -----

-----**Interveio o Senhor Deputado Dr. Joaquim Rodrigues**, que sobre esta matéria disse ser positiva a preocupação sobre a questão do Colmeal, já que a aldeia poderá vir a ser um pólo de atracção turística sendo relevante a recuperação do património cultural, histórico e artístico. No que respeita à constituição do Grupo de Trabalho concordou, acrescentando que mais vale tarde que nunca, mas perguntou qual seriam os objectivos deste grupo neste curto espaço de tempo, uma vez que irá haver eleições autárquicas a curto prazo. O Senhor Presidente da Assembleia referiu que o facto de haver eleições não seria motivo suficiente para adiar a votação dos elementos propostos para integrarem o referido Grupo de Trabalho. -----

-----**O Senhor Presidente da Assembleia, Dr. Mário José Pimentel Saraiva Salvado**, colocou a Proposta à votação pela Assembleia. -----

-----A proposta em apreciação foi **aprovada por unanimidade**. -----

-----**10 – Outros assuntos:** -----

-----**O Senhor Presidente da Câmara, Dr. António Edmundo Freire Ribeiro**, explicou o teor dos Relatórios do Revisor Oficial de Contas, referiu que com esta imposição legislativa, as Câmaras passaram a ser auditadas, o que implica a realização de mais despesas para o Município, resultando em cerca de 50 000,00€. -----

-----**O Senhor Presidente da Assembleia, Dr. Mário José Pimentel Saraiva Salvado**, informou que foi publicado um Decreto-Lei que cria os Conselhos Municipais de Juventude, propôs os seguintes Deputados para integrarem mais este Órgão: -----

---- - Dr. Luís Beato Pereira, do Partido Social-Democrata; -----

---- - Engenheiro Nelson Rebolho Bolota, do Partido Socialista. -----

-----**O Senhor Presidente da Assembleia, Dr. Mário José Pimentel Saraiva Salvado**, colocou a Proposta à votação pela Assembleia. -----

-----A proposta em apreciação foi **aprovada por unanimidade**. -----

-----Nos termos do Regulamento Municipal de Protecção Civil, foi nomeado para integrar a Protecção Civil Municipal, O Senhor António Aurélio Panta Ferreira. -----

-----**O Senhor Presidente da Assembleia, Dr. Mário José Pimentel Saraiva Salvado**, colocou a Proposta à votação pela Assembleia. -----

-----A proposta em apreciação foi **aprovada por unanimidade**. -----

-----Nada mais tendo sido referido sobre este último tema em apreciação, terminou a Sessão com as habituais saudações autárquicas de despedida. -----

-----Nada mais havendo para tratar, O Senhor Presidente da Mesa, declarou encerrada a Sessão, quando eram dezassete horas e trinta minutos, da qual se lavrou a presente acta que vai ser assinada por mim, Francisco Costa Santa Comba, Licenciado, Deputado Municipal/Presidente da Junta de Freguesia de Escarigo que a redigi e pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Dr. Mário José Pimentel Saraiva Salvado. -----

